

DAVID HUME E OS ELEMENTOS DA CAUSALIDADE E SEU ESTATUTO

Rubens Sotero dos Santos*

Resumo: Este trabalho investigará o conceito de causalidade cunhado pelo filósofo escocês David Hume. Identificaremos quais são os elementos constitutivos dos raciocínios causais, feito isso, os analisaremos de forma didática a fim de encontrar seu estatuto, isto é, qual valor epistêmico a causalidade pode ter na epistemologia humeana. Veremos que ela não pode ser considerada demonstrável, mas apenas provável.

Palavras-chave: Conjunção. Sucessão. Contiguidade. Causalidade. Hume.

DAVID HUME AND OF THE ELEMENTS OF CAUSALITY AND THEIR STATUS

Abstract: This work will investigate the concept of causality coined by the Scottish philosopher David Hume. We will identify which are the constitutive elements of causal reasoning, done that, we will analyze them in a didactic way in order to find their statute, that is, what epistemic value causality can have in Humean epistemology. We will see that it cannot be considered demonstrable, but only probable.

Keywords: Conjunction. Succession. Contiguity. Causality. Hume.

I

Iniciaremos esse trabalho tratando da ideia segunda a qual os raciocínios causais baseiam-se apenas em três elementos: contiguidade, anterioridade da causa e na conjunção constante. Feito isso, mostraremos que tais raciocínios se revelarão como probabilísticos, isto é, como eventos prováveis e não mais como passíveis de demonstração. Mas, para bem mostrar essa característica, precisamos definir sua origem e, em seguida, indicar o porquê de ele não ser passível de demonstração.

Para saber as características de um raciocínio causal, devemos primeiramente entender o que ele significa. De forma simples e imediata, pode-se afirmar que um raciocínio é causal quando um fator A causa, motiva ou produz B, isto é, quando há

*Bacharel em Filosofia (2012), Licenciado em Filosofia (2013) e Mestre em Filosofia (2015) ambos pela Universidade Federal da Paraíba. Doutor em Filosofia (2019) pela UFPB-UFPE-UFRN. Professor de Filosofia do Estado da Paraíba desde 2018. Interesse nas áreas de epistemologia, empirismo, filosofia moderna e da ciência.

uma *ligação* entre dois eventos ou objetos distintos. Assim, da fumaça, infere-se o fogo; do fóssil, o animal; do alimento ingerido, a nutrição. Trata-se de uma relação entre dois fatos, que pode ser do presente para o passado próximo ou distante, ou ainda do presente para o futuro próximo ou longínquo.

A fim de visualizar com mais clareza essa ideia, tomemos um outro exemplo. Uma pedra qualquer é lançada em um lago e, ao atingi-lo, formam-se pequenas ondas. A inferência causal é: uma pedra lançada ou solta em um lago *gera* pequenas ondas no espelho d'água. Portanto, de uma pedra solta em um lago, infere-se a existência de ondas. Trata-se, pois, aqui, de um autêntico raciocínio causal. Há, nesse caso, pelo menos dois fatores observáveis que nos permitem afirmar a ideia de causalidade.

O primeiro é a contiguidade. As ondas encontram-se contíguas à pedra, isto é, ambos os fatos (ondas e pedra) ocorrem no mesmo espaço físico. Ademais, se não fosse o caso, o raciocínio tornar-se-ia impreciso e improvável de ser feito. Impreciso porque ele escaparia à observação e, por isso, não haveria informações mínimas sobre o caso. Seria ainda improvável porque dificilmente alguém associaria as ondas à pedra se ambas estivessem em espaços distintos. Além disso, se a pedra estivesse fora de alcance daquele que faz a inferência, e, portanto, nunca fosse vista caindo no lago, o raciocínio seria improvável, pois não haveria quem o fizesse. Sendo assim, é preciso que haja contiguidade entre os fatos para que ocorra um mínimo de razoabilidade na inferência.

Para que o princípio de causalidade seja levado em conta é preciso, segundo Hume, “que todos os objetos considerados causas ou efeitos sejam *contíguos*” (HUME, 2009, p.103). Há contiguidade entre o fogo e a fumaça, entre o uso do remédio e o alívio da dor, entre a maré cheia e a lua, entre o oxigênio e o fogo. Sem essa proximidade, dificilmente haveria inferência causal. A partir disto, pode-se afirmar que a contiguidade é um primeiro elemento imprescindível para se afirmar a causalidade.

Mas se, por um lado, a contiguidade parece ser fundamental ao raciocínio causal, por outro, ela é demasiada insuficiente, pois existem diversos fatos que se encontram em contiguidade sem que haja uma relação causal entre eles. Com efeito, se é verdade que a pedra estava contígua às ondas, não é menos verdade que outras pedras, árvores e objetos do mundo também estavam inseridos nesse universo, mas nem por isso foram tomados como causa. Assim, pode-se dizer que a contiguidade é uma condição necessária, mas não suficiente ao raciocínio causal.

O segundo elemento importante é a sucessão ou a existência de uma “prioridade temporal da causa em relação ao efeito” (HUME, 2009, p.104). A pedra é lançada

contra o lago, ao atingi-lo, formam-se ondas. As ondas aparecem *depois* de a pedra tocar a água, isto é, houve aí uma sucessão de eventos, em que, precisamente, um causa o outro, pois infere-se que a pedra causou as ondas e não simplesmente que a sucedeu. A pedra em contiguidade aproximava-se da água até tocá-la. Após esse evento, infere-se que as ondas que se sucederam foram causadas por ela. Os mesmos argumentos usados para a contiguidade servem para a anterioridade da causa, pois se não houvesse essa sucessão de fenômenos, dificilmente haveria a inferência. Além disso, caso a pedra tocasse a água e nada acontecesse, ou ondas surgissem no espelho d'água sem qualquer pedra lançada, um fato não serviria para explicar o outro, isto é, eles não seriam relacionados causalmente.

Apesar desses dois elementos parecerem imprescindíveis ao raciocínio causal, eles são ainda insuficientes para fundamentá-lo, pois, de acordo com Hume, “um objeto pode ser contíguo e anterior a outro, sem ser considerado sua causa” (HUME, 2009, p.105). Assim, o que se tem são elementos necessários, porém insuficientes à relação causal. Portanto, a existência da contiguidade e da anterioridade da causa não são suficientes para uma inferência razoável, isso porque inúmeros fatos se revelam contíguos e possuem anterioridade de um em relação ao outro e mesmo assim não são considerados em conjunção causal. Isso, no entanto, não chega a ser uma objeção definitiva, mas apenas um indicativo de que falta algo. Há objeções mais sérias que podem ser feitas a esses dois elementos.

Primeira objeção. Há objetos que estão tão distantes entre si que dificilmente se pode dizer que há uma contiguidade entre eles, é o caso da relação entre a lua e as marés ou o sol e o arco-íris, por exemplo. Ambos os casos suscitam inferências bem mais elaboradas e complexas. No primeiro caso, partindo do pressuposto de que toda causa tem um efeito, buscou-se a causa das marés altas e baixas. Levando-se em conta o princípio da física de que massa atrai massa (gravitação) e que a lua, assim como os oceanos, possui massa, com isso inferiu-se que a lua exerceria força gravitacional sobre os oceanos causando, assim, as marés alta e baixa. Ora, a força gravitacional é inversamente proporcional à distância, de modo que quanto maior a massa, maior a atração. Calculando-se a massa da lua e sua distância da Terra, procurou-se saber se as marés são causadas por ela. Assim, nesse caso, o que importa não é tanto se os fatos estão estritamente próximos, mas apenas que eles estejam em contiguidade. No segundo caso, a luz é emitida pelo sol e, ao perpassar gotas d'água, sofre refração e reflete os raios de luz em vários ângulos, separando-os em diferentes frequências ou cores,

ocasionando, assim, um arco colorido. Nesse caso, assim como em outros, afirma-se que objetos distantes “estão ligados por uma cadeia de causas contíguas entre si e em relação ao objeto distante” (HUME, 2009, p.103).

Segunda objeção. Há casos em que algo é considerado como causa de um efeito, mas por ser tão distante no tempo, torna pouco crível essa inferência. Assim é o caso, por exemplo, da seleção natural como fator responsável pelo surgimento de novas espécies ou ainda da relação entre o tabagismo e o câncer. A ideia de que uma espécie pode transformar-se em outra num período de tempo relativamente longo não é algo tão claro e fácil de visualizar quanto as ondas causadas por pedras. Quanto maior o intervalo de tempo, mais abstrusa e imprecisa, pelo menos em princípio, é a inferência. E não é difícil entender o porquê. Ora, eventos como esse, que escapam à observação direta, exigem muito mais informação para serem considerados e muitas vezes essas informações intermediárias são escassas ou mesmo inexistentes. Esse é o caso dos fósseis de transição de algumas espécies. É possível observar que a seleção natural, em um curto período de tempo, é capaz de promover pequenas variações que maximizam as chances de sobrevivência de uma espécie. Porém, quando se começa a analisar fósseis de transição ou quando se tenta entender a mecânica da genética, o que parecia improvável ganha força e as inferências mais violentas, como a da especiação, tornam-se cada vez menos improváveis. Em outras palavras, quando encontramos os vários laços que ligam eventos tão distantes no tempo e no espaço com fatos presentes, as coisas parecem menos confusas e mais prováveis. É dessa forma que uma causa (a seleção natural) pode levar anos para produzir seu efeito (o surgimento de uma nova espécie) por meio de ligações (causas) intermediárias. Algo semelhante acontece no segundo caso. Ora, para muitas pessoas o câncer e uso do cigarro podem estar separados no tempo, de modo que muitos não conseguem estabelecer uma relação causal entre ambos. Essa descrença aumenta quando se observa que milhares de pessoas fumaram a vida inteira e não tiveram qualquer sinal da referida doença. Apesar de serem dois fatos distantes (fumar e ter câncer), há frequentemente causas intermediárias que não apenas provocam a doença como a potencializam, como exemplo, a predisposição genética do indivíduo, a sua baixa resistência à nicotina e às outras substâncias químicas que compõem o cigarro, as quais podem servir como catalisador do fenômeno.

Tanto na primeira quanto na segunda objeção, fica claro que, “para Hume, é uma suposição razoável a de que uma causa não pode operar em lugares e tempos remotos. Quando isto parece ser o caso, normalmente se supõe existir uma cadeia de causas

intermediárias ligando os acontecimentos distantes no espaço e no tempo” (TÚLIO, 2008, p.29). Enfim, apesar de serem efeitos e causas distantes no tempo e no espaço, há ligações intermediárias, isto é, há eventos menores interligando um fato a outro e que, apesar de distantes, possuem uma estreita relação causal³⁸.

Uma objeção mais forte pode ser elaborada a partir do que foi dito acima. Afinal, se apenas a contiguidade e anterioridade da causa são insuficientes para uma relação causal (Cf. AYER, 2003, p. 83), então como se pode chegar a uma inferência causal mais simples, como a das ondas no lago ou mais complexas, a exemplo da especiação? Ou seja, se até agora se tem apenas dois elementos, necessários, mas insuficientes ao raciocínio causal, como realmente é possível identificar uma relação causal? Afinal, o que está faltando à noção de causalidade que os exemplos acima não permitiram identificar?

O caso da pedra causando as ondas não mostrou nada mais do que a contiguidade e a anterioridade da causa porque ele é apenas *um* caso, isto é, um evento singular (*sensu lato*). Nele já se supõe que as causas são necessárias, isto é, que uma causa necessariamente provoca seu efeito habitual. Se se tem fatos contíguos e a causa antecede o efeito de forma necessária, a inferência é perfeita. Mas de onde vem a certeza dessa relação? De algum argumento *a priori*?

II

O fato é que, em qualquer situação, segundo Hume, “o conhecimento desta relação não se obtém, em nenhum caso, por raciocínios *a priori*” (HUME, 1999, p.49). Ou seja, as inferências mais complexas e inequívocas não nascem de processos racionais. Dois argumentos serão apresentados a fim de corroborar essa ideia.

O primeiro argumento utilizado contra a tese de que raciocínios causais nascem por argumentos *a priori* é que a causa é algo completamente diferente do efeito. Podemos, para tanto, utilizar o postulado humeano segundo o qual “todos os objetos diferentes são distinguíveis, e que todos os objetos distinguíveis são separáveis pelo pensamento e imaginação” (HUME, 2009, p. 42). O segundo elemento concerne ao fato que, tudo aquilo que pode ser distinguido pelo pensamento, também pode ser separado por ele. Nesse caso, é perfeitamente possível distinguir e também separar as causas dos efeitos. Sendo assim, pode-se concluir que os efeitos não são necessários às suas causas.

³⁸ Não se busca aqui ainda saber se as inferências são legítimas ou não, mas apenas que elas são entendidas como tais.

Entende-se por necessário aquilo que é impossível ser de outra forma, isto é, algo que se for diferente do que é implica em contradição. Nesse sentido, se os efeitos são necessários às suas causas, eles não poderiam ser separados delas. No entanto, é possível separá-los, logo, eles não são necessários. Aqui vale a análise das premissas a fim de saber se elas são razoáveis.

Primeira premissa: coisas distintas podem ser separadas pelo pensamento e vice e versa. Nesse caso, é possível distinguir duas coisas. Ora, não parece difícil aceitar essa premissa, afinal não se pode confundir coisas completamente diferentes como o fogo e a fumaça, por exemplo. Dessa forma, se é possível distinguir duas coisas, essas coisas devem possuir características distintas, caso contrário, se fossem iguais em tudo, não teriam tais características. Se algo é distinto de outro em algum aspecto, então eles se diferenciam por esse aspecto. Essa distinção permite a separação entre um e outro, pelo menos no âmbito do pensamento. Uma fruta é algo distinto de uma árvore e, por isso, podem ser separados. O mesmo vale para a fruta e suas sementes. Se fossem indistinguíveis, não seriam separáveis.

Segunda premissa: a causa é algo completamente diferente do seu efeito. De fato, a causa é uma coisa, o efeito, outra. Do contrário, não faria diferença em confundí-los, isto é, colocar o efeito como causa, por exemplo. Se a causa é anterior ao efeito, então ela é algo diferente do efeito. Se não fosse assim, ela seria causa e efeito simultaneamente, o que parece não ser o caso. Dessa forma, se causa e efeito não são as mesmas coisas, então são coisas distintas e, por isso, são separáveis, ou seja, a causa pode ser separada do seu efeito. Dito de outra forma, “a ideia do *evento-causa* é distinta da ideia do *evento-efeito* e, portanto, separável desta. Sendo separáveis as ideias, é possível que um evento exista sem o outro” (TÚLIO, 2008, p. 30). Vejamos um exemplo. Há substâncias químicas extraídas de plantas que servem para combater determinadas doenças. Mas, até esse efeito ser descoberto, a substância não foi pensada como tendo essa propriedade terapêutica. Ou seja, ela (a causa) era algo completamente diferente do seu efeito (a cura), tanto é verdade que a descoberta do efeito não era *evidente*. Ora, pode-se até tentar supor que determinada substância provoca alguns efeitos, mas “deve ser inteiramente arbitrário concebê-lo ou imaginá-lo [o efeito] *a priori*” (HUME, 1999, p.51). E mais, nenhum raciocínio *a priori* seria capaz de oferecer fundamento para esta ou aquela preferência (HUME, 1999, p.51).

Terceira premissa: os efeitos não são necessários às causas. Se algo é necessário, então só pode ser como é. Se pode ser diferente do que é, já não é mais necessário.

Ademais, se algo é necessário, seu contrário implica em contradição. Mas, de acordo com as duas premissas anteriores, não implica em contradição que um efeito seja separado de sua causa. Se um efeito fosse algo necessário à sua causa, isto é, se fosse inseparável, indistinguível desta, então seria redundante falar de efeito, já que todo efeito estaria contido na causa, o que não é esse o caso. A relação causal não é uma relação analítica, mas sintética, ou seja, o efeito é algo que se acrescenta à causa. Para Hume, “nenhum objeto implica a existência de um outro se considerado em si mesmo” (HUME, 2009, p.115). Assim como é possível pensar apenas em um fato qualquer sem recorrer ao seu efeito habitual, também é possível observar fatos sem qualquer efeito. Não se está afirmando, com isso, que haja objetos sem efeitos, mas apenas que é possível separá-los de suas causas.

A partir daqui se tem: coisas distintas podem ser separadas pelo pensamento e vice-versa. A causa é algo completamente diferente do seu efeito. E os efeitos não são necessários às causas. Sendo essas premissas verdadeiras, tem-se aqui uma primeira prova contra a origem racional ou *a priori* para os raciocínios causais. Ora, um raciocínio causal exige o estatuto de necessidade, como aquele que nos permite pensar as relações mais simples às mais complexas. Porém, ele nem sempre apresenta essa característica, daí por que não pode ser racional, *a priori*. Ora, se o efeito não é necessário à sua causa por se tratar de coisa distinta, isto é, algo passível de separação, então a separação do efeito de sua causa não implica contradição e isso significa afirmar que ele não é necessário. Assim, “uma vez que todas as ideias distintas são separáveis, é evidente que não pode haver tal impossibilidade” (HUME, 2009, p.115) de separar os efeitos de suas causas. Todavia, se se supõe que os raciocínios causais são necessários e, por conseguinte, *a priori*, então se deve rever esse pressuposto.

Segundo argumento contra a tese de que os raciocínios causais nascem por argumentos *a priori*: tudo que é concebível é passível de existir. Tudo que é concebível não implica contradição, logo tudo que não implica contradição é possível. Ora, não implica contradição afirmar que tudo o que existe na natureza pode mudar completamente. Logo, é perfeitamente possível que relações causais inequívocas mudem totalmente. Ademais, se não há relação causal contraditória, isto é, impossível, então não é contraditório considerar que o fogo emite frio ou que a neve é fenômeno próprio ao verão. Vejamos, abaixo, algumas premissas sobre isso.

Premissa primeira: tudo que é concebível é possível (Cf. HUME, 1995, p.63). Conceber aqui significa a capacidade de formar “ideias de”. Ser possível, por sua vez,

significa algo que poderia ser o caso. O possível se contrapõe ao impossível, mas não ao improvável. O improvável é algo incomum, porém possível, algo que, embora seja pouco crível, é concebível. Assim, pode-se postular a erradicação total de todos os cânceres, portanto, trata-se de algo possível, apesar de ser improvável. Diferentemente, não se pode sequer pensar em um círculo com ângulos, isto é, formar uma ideia dela, pois se trata de algo impossível.

Premissa segunda: tudo que é concebível não implica contradição. Por contradição entende-se aqui tudo aquilo que não pode ser contrário a si mesmo. Não é possível pensar algo que é uma coisa e seu contrário ao mesmo tempo, então, o que implica contradição é inconcebível. Um corpo sem extensão é contraditório, pois corpo e extensão são a mesma coisa. Se não é possível conceber algo que seu contrário implica contradição, é possível conceber o que não é contrário em si mesmo. A proposição *o sol não nascerá no dia seguinte*, se ela implicasse uma contradição, não seria concebida distintamente como de fato o é (Cf. HUME, 1999, p.48). Dessa forma, Hume diz, “o contrário de um fato qualquer é sempre possível, pois, além de jamais implicar uma contradição, o espírito o concebe com a mesma facilidade e distinção como se ele estivesse em completo acordo com a realidade” (HUME, 1999, p.48).

Uma possível consequência dessas duas premissas é essa: se tudo o que é concebível é possível e se o concebível não implica contradição³⁹, então não implica contradição que o curso da natureza seja outro. Ora, é possível imaginá-lo completamente disforme. Sendo assim, as inferências causais não podem ser demonstráveis.

Com efeito, se algo implica contradição, então ele não pode ser e não ser ao mesmo tempo, ou melhor, ele só pode ser de uma forma, e isso é o mesmo que ser necessário, portanto, demonstrável. Se o contrário de algo implicar contradição, e se algo contraditório em si inexistente, então ele não pode ser algo contrário do que é. O que

³⁹ Essa tese contradiz, no entanto, a afirmação humeana de que as proposições matemáticas são demonstráveis. Se é verdade “que três vezes cinco é igual à metade de trinta”, porque “exprime uma relação entre estes números” (HUME, 1999, p.47), então não pode ser menos verdade que dez dividido por três dá uma dízima periódica simples de três vírgula “infinitos” três. Mas se isso é necessário, então deve ser impossível que haja um fim ou mesmo que surja outro número que não seja o três no decorrer da dízima. No entanto, é perfeitamente concebível que haja tanto um fim nela como que, após inúmeros três, apareçam outros números. Dessa forma, se a matemática é uma ciência demonstrável, uma proposição matemática verdadeira não poderia ser concebida de forma distinta, contudo, é verdade que existem dízimas periódicas, mas também é verdade que é possível conceber uma dízima simples finita e/ou irregular no meio. Assim, ou a tese de que tudo o que é concebível é possível e não implica contradição é falsa, ou então a matemática não é uma ciência demonstrativa, pois o contrário de uma demonstração é impossível. Hume, no entanto, parece defender as duas teses, como resolver essa contradição (aparente)?

não pode ser contrário ao que é, é necessário que seja de uma só forma. Mais simplesmente, se uma sentença é demonstrável, seu contrário é impossível. Dito de outra forma, “o que é possível nunca pode ser demonstrado como falso” (HUME, 1995, p.67) e “o que é demonstrativamente falso implica contradição; e o que implica contradição é inconcebível” (HUME, 1995, p.75). Um triângulo, por exemplo, é uma figura geométrica que tem três ângulos e é impossível que isso seja de outra forma. Portanto, o triângulo é algo demonstrável. Noutra perspectiva, algumas bactérias tornam-se resistentes a antibióticos, ou seja, um fato que ora tinha um determinado efeito, passa a não tê-lo mais e isso não só é factível como não implica contradição. É essa, pois, a diferença entre o que pode ser e o que não pode ser demonstrável: um é evidente e tem força de necessidade, o outro, não.

Com base nisso, parece ficar ainda mais claro que o curso da natureza não somente poderia ser diferente do que é como também poderia mudar a todo momento. Mas se isso é verdade, então os raciocínios causais não são necessários, isto é, a certeza que se supõe em casos simples como os das ondas no lago, são apenas prováveis. É provável que o curso da natureza mude e assim as mesmas causas deixem de produzir os mesmos efeitos (no caso a pedra lançada ao lago deixe de provocar ondas).

Poder-se-ia defender a ideia de que o curso da natureza não mudará com base no argumento de que se no passado ele se comportou de maneira uniforme, no presente ele continua uniforme, logo ele continuará assim no futuro. Esse argumento, no entanto, é falho no primeiro momento e impreciso no segundo. Primeiramente, ele é falho porque comete uma petição de princípio ao supor o que se está tentando provar. Tenta-se provar que no futuro o curso da natureza não mudará, mas recorre-se como prova disso a afirmação de que no passado ele não mudou (Cf. HUME, 1999, p.57). Em segundo lugar, ele é impreciso porque não se está perguntando da probabilidade dele mudar, mas da possibilidade. São duas coisas distintas.

Outra tentativa de mostrar que o curso da natureza não pode mudar consiste em afirmar que todas as inferências causais se fundam na semelhança entre objetos naturais e que, por isso, induzem o sujeito a esperar efeitos semelhantes àqueles já vistos quando observados alguns fenômenos. Ou seja, para Hume, “objetos semelhantes têm se mostrado sempre em relações semelhantes de contiguidade e sucessão” (HUME, 2009, p.117). No entanto, além de esse argumento incorrer no mesmo erro do anterior, pelo fato de recorrer às experiências passadas para justificar as futuras, ele também pode ser questionado dessa maneira: por que os fatos passados são estendidos a tempos futuros e

a outros objetos se eles são unicamente similares em aparência? (Cf. HUME, 1999, p.54). Assim, de acordo com Hume, “não é contraditório o fato de que o curso da natureza pode modificar-se e que um objeto, aparentemente semelhante aos já observados, possa ser acompanhado de efeitos diferentes ou contrários” (HUME, 1999, p.55). Ademais, “a consequência não parece de nenhum modo necessária” (HUME, 1999, p.54) que qualidades sensíveis semelhantes devem sempre ser acompanhadas de poderes ocultos semelhantes.

Pode-se também defender que o argumento acima, baseado na semelhança, é uma espécie de tautologia, pois seria a mesma coisa dizer que uma qualidade sensível semelhante produz efeitos sempre semelhantes como dizer que os efeitos semelhantes são e serão produzidos por qualidades sensíveis semelhantes. Para Hume, no entanto, “estas proposições diferem em todos os aspectos” (HUME, 1999, p.57), pois, como vimos, causas e efeitos são coisas completamente distintas.

Por fim, outra forma de se tentar mostrar que no futuro o curso da natureza permanecerá uniforme é indicando que se trata de uma questão demonstrável. Mas já se viu que não é esse o caso, pois não implica em contradição que isso ocorra e o que não implica em contradição não pode ser demonstrável. Trata-se apenas de uma possibilidade que o curso da natureza mude, já que é algo concebível, e, como vimos, o que é concebível se afigura também possível.

Sendo assim, não se pode conferir necessidade aos raciocínios causais. Primeiro porque o que ocorreu no passado não nos permite afirmar sua ocorrência no futuro. Segundo porque o efeito não é necessário à sua causa. Mas se é assim, mais uma vez surge a pergunta: como se pode chegar a uma certeza nos raciocínios causais mais simples e mais complexos? Ora, sabemos que não é por meio de raciocínios *a priori*, e que “a contiguidade e a sucessão”, por sua vez, “não são suficientes para declarar que dois objetos são causa e efeito, a não ser que se perceba que essas duas relações se mantêm em vários casos” (HUME, 2009, p.116). Assim, voltando-se ao caso indicado no início deste artigo, observa-se que, se várias pedras forem lançadas ao lago, várias ondas as sucederão. Agora parece que estamos diante de uma nova informação, a saber: uma *conjunção constante* entre a pedra e as ondas. Não era possível encontrar a *conjunção constante* antes porque se tinha apenas um caso e, por isso, não havia essa união frequente entre a pedra e as ondas. Este é o elemento que faltava à causalidade. No entanto, diz Hume, “ela não implica nada mais que isto: objetos semelhantes têm se

mostrado sempre em relações semelhantes de contiguidade e sucessão” (HUME, 2009, p.117).

Se há dúvida de que uma onda no lago foi provocada por uma pedra, basta lançar outra pedra e ver o que acontece. Se ainda restar dúvida após cinco lances, ela certamente irá se desfazer depois de uma centena de eventos semelhantes. Da mesma forma, o calor não é algo que aparece ora sim, ora não, com o surgimento do fogo; é algo que sempre o acompanhou. Ou seja, há sempre uma constância entre um fato (fogo) e outro (calor).

Assim como a contiguidade e a sucessão, a conjunção constante é uma condição *sine qua non* ao raciocínio causal. No entanto, diferentemente dos outros dois elementos, a conjunção constante não pode simplesmente ser considerada isolada, como é o caso da contiguidade ou da sucessão, pois se é verdade que há inúmeras coisas contíguas sem estarem em sucessão é também certo afirmar que há coisas em sucessão que não estão em relação de contiguidade. Todavia, é improvável que dois fatos estejam em conjunção constante e não estejam também em contiguidade e em sucessão. Mas isso não interessa por enquanto. O que importa no momento é entender qual o estatuto que o raciocínio causal passa a ter depois dessas descobertas, pois, se por um lado, a conjunção é imprescindível à causalidade, por outro ela também é insuficiente para casos futuros já que se exige ainda provas de que o curso da natureza não mudará e, ao que parece, esta prova não é possível de ser obtida.

Ao se perguntar sobre o que causou aquelas ondas no lago, a resposta pode ser: uma pedra lançada. Acabamos de ver que, caso se exija uma prova, pode-se simplesmente lançar uma outra pedra e se observar as ondas surgindo. Caso ainda a dúvida permaneça, se pode lançar outras e se observar a conjunção constante entre um fato e outro. Após isso, certamente não restará dúvidas sobre o ocorrido e um raciocínio causal estará estabelecido. Ora, é certo que a pedra causou a onda na última vez que foi lançada, mas a suspeita está no próximo lance, isto é, se tudo se comportará como no passado. A resposta mais honesta é: não é possível *saber*. De fato, se se recorrer aos casos passados, pode-se, por exemplo, depois de ter regredido quase que ao infinito, *provar* porque esse último caso lembrado foi como os demais que o sucederam. Mas essa resposta não pode ser dada por qualquer raciocínio *a priori*, como visto acima, pois, se deveria, mais uma vez, recorrer a outros casos mais antigos, e assim *ad infinitum*. No entanto, “é impossível prosseguir com inferências ao infinito” (HUME, 2009, p.111). Dessa forma, a única coisa certa a afirmar é que no passado objetos

semelhantes observados produziram efeitos semelhantes, mas “jamais surgirá uma nova ideia original, tal como a de uma conexão necessária” daí (HUME, 2009, p.117). Com efeito, os argumentos que podem nos levar a acreditar nas experiências passadas e fazê-las padrão para os juízos futuros devem ser considerados apenas prováveis (Cf. HUME, 1999, p.55).

III

Se a investigação feita até aqui está certa, isto é, se há apenas contiguidade, sucessão e conjunção constante entre os fatos em um raciocínio causal e este não pode ser demonstrável, então a certeza máxima que se pode ter nas inferências causais concerne apenas aos casos já observados, jamais aos casos futuros. O fogo pode ter sido ao longo de todo o tempo acompanhado de calor, mas não é possível provar que o próximo fogo, mesmo que seja semelhante a todos os anteriores, seja acompanhado de calor. No final das contas, será apenas provável que assim permaneça, mas não será jamais necessário que assim seja. Para Hume, “todos os argumentos prováveis são construídos sobre a suposição de que há esta conformidade entre o futuro e o passado, [mas] nunca podemos provar tal suposição” (HUME, 1995, p.67-69). A razão, tampouco, pode ser invocada aqui, pois ela teria que pressupor que os casos de que não se teve experiência devem se assemelhar aos casos dos quais se teve experiência e mais, de que o curso da natureza continuará sempre uniformemente o mesmo. No entanto, como visto, pode-se

ao menos conceber uma mudança no curso da natureza, o que é prova suficiente de que tal mudança não é absolutamente impossível. Ser capaz de formar uma ideia clara de alguma coisa é um argumento inegável a favor da possibilidade dessa coisa, e constitui por si só uma refutação de qualquer pretensa demonstração em contrário (HUME, 2009, p.118)⁴⁰.

⁴⁰ Pode-se aqui extrair uma crítica à concepção cartesiana de ideias claras e distintas como critério para se chegar ao conhecimento de algo. Diz Descartes na sua primeira regra geral: “nunca aceitar algo como verdadeiro que eu não conhecesse claramente como tal; ou seja, de evitar cuidadosamente a pressa e a prevenção, e de nada fazer constar de meus juízos que não se apresentasse tão *clara e distintamente* a meu espírito que eu não tivesse motivo algum de duvidar dele” (DESCARTES, 1996, p.78). Apesar de bastante plausível de início, ver-se-á, a partir dos pressupostos humeanos, que essa primeira regra é demasiada confusa. Pode-se conceber clara e distintamente a ideia do sol não nascendo no próximo dia e como a possibilidade dessa concepção é uma prova incontestada de sua possibilidade, tem-se também uma prova de que essa não é uma questão que possa ser demonstrada falsa. Dessa forma, tem-se uma ideia clara e distinta (o sol nascendo) contrária a outra ideia clara e distinta (o sol não nascendo) (Cf. HUME, 1999, p.148).

Com base nesse argumento, tem-se: todos os raciocínios que não são passíveis de demonstração são probabilísticos (prováveis); os raciocínios causais não são passíveis de demonstração, logo são probabilísticos. Ou seja, os raciocínios causais dos mais simples aos mais elaborados e exatos são, finalmente, apenas raciocínios prováveis. Ora, como vimos, os raciocínios causais se originam a partir de três instâncias constitutivas: contiguidade, sucessão e conjunção constante que, por isso, passam a ser prováveis e, com efeito, indemonstráveis, pois, segundo Hume, “nenhuma inferência de causa e efeito equivale a uma demonstração” (HUME, 1995, p.63).

Referências

- AYER, A. J. **Hume**. Tradução: Luiz Paulo Rouanet. São Paulo. Loyola, 2003.
- DESCARTES, René. **Meditações metafísicas**. Tradução: J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo. Nova Cultura, 1996.
- HUME, David. **Enquiries Concerning Human Understanding**. Oxford: Oxford Uni. Press. 1999.
- HUME, David. **Investigação acerca do entendimento humano**. Tradução: Anoar Aiex. São Paulo. Nova Cultura, 1999.
- HUME, David. **Resumo de um tratado da natureza humana**. Tradução, Rachek Gutiérrez e José Sotero Caio. Porto Alegre. Paraula, 1995.
- HUME, David. **Tratado da natureza humana**. Tradução, Deborah Danowski. 2 ed. São Paulo. UNESP, 2009.
- HUME, David. **Treatise of Human Nature**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- MONTEIRO, J. P. **Novos estudos humeanos**. São Paulo. Discurso Editorial, 2003.
- MONTEIRO, J. P. **Hume e a epistemologia**. Imprensa nacional/casa da moeda, 1984.